



A photograph showing a person's hands clasped together in a gesture of prayer or contemplation. The person is holding a silver pen in their right hand. In the background, an open book is visible, suggesting a scholarly or professional environment.

1º Simulado

DPE GO Defensor

Simulado DPE-BA Defensor

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Defensor Público do Estado do Goias;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DPE-GO--Defensor-17-07>

01 – A B C D E	21 – A B C D E	41 – A B C D E	61 – A B C D E	81 – A B C D E
02 – A B C D E	22 – A B C D E	42 – A B C D E	62 – A B C D E	82 – A B C D E
03 – A B C D E	23 – A B C D E	43 – A B C D E	63 – A B C D E	83 – A B C D E
04 – A B C D E	24 – A B C D E	44 – A B C D E	64 – A B C D E	84 – A B C D E
05 – A B C D E	25 – A B C D E	45 – A B C D E	65 – A B C D E	85 – A B C D E
06 – A B C D E	26 – A B C D E	46 – A B C D E	66 – A B C D E	86 – A B C D E
07 – A B C D E	27 – A B C D E	47 – A B C D E	67 – A B C D E	87 – A B C D E
08 – A B C D E	28 – A B C D E	48 – A B C D E	68 – A B C D E	88 – A B C D E
09 – A B C D E	29 – A B C D E	49 – A B C D E	69 – A B C D E	89 – A B C D E
10 – A B C D E	30 – A B C D E	50 – A B C D E	70 – A B C D E	90 – A B C D E
11 – A B C D E	31 – A B C D E	51 – A B C D E	71 – A B C D E	91 – A B C D E
12 – A B C D E	32 – A B C D E	52 – A B C D E	72 – A B C D E	92 – A B C D E
13 – A B C D E	33 – A B C D E	53 – A B C D E	73 – A B C D E	93 – A B C D E
14 – A B C D E	34 – A B C D E	54 – A B C D E	74 – A B C D E	94 – A B C D E
15 – A B C D E	35 – A B C D E	55 – A B C D E	75 – A B C D E	95 – A B C D E
16 – A B C D E	36 – A B C D E	56 – A B C D E	76 – A B C D E	96 – A B C D E
17 – A B C D E	37 – A B C D E	57 – A B C D E	77 – A B C D E	97 – A B C D E
18 – A B C D E	38 – A B C D E	58 – A B C D E	78 – A B C D E	98 – A B C D E
19 – A B C D E	39 – A B C D E	59 – A B C D E	79 – A B C D E	99 – A B C D E
20 – A B C D E	40 – A B C D E	60 – A B C D E	80 – A B C D E	100 – A B C D E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcos Gomes

01. Acerca do poder constituinte, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Constituinte de primeiro grau se manifesta na elaboração de qualquer Constituição, seja ela a primeira Constituição de um país, seja na elaboração de Constituição posterior.
- b) A titularidade do poder constituinte pode ser usurpada, mas não o exercício.
- c) O Poder Constituinte denominado originário pode se manifestar por meio de emendas mediante ou ampla revisão da Constituição preexistente.
- d) Poder Constituinte derivado é limitado formalmente, mas ilimitado materialmente.
- e) O poder constituinte revisor é limitado no tempo.

02. A Constituição Federal de 1988 previu no art. 3º do ADCT a possibilidade programada de alteração de seu texto, após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral. Tal alteração se mostra possível em razão do exercício do Poder Constituinte:

- a) Originário
- b) Reformador
- c) Revisor
- d) Decorrente
- e) Difuso.

03. Acerca das intervenções, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em observância ao princípio do equilíbrio federativo, a Constituição da República não contempla hipótese de intervenção da União em Municípios, mas apenas em Estados e no Distrito Federal.

b) A União poderá intervir nos Estados para assegurar a observância do princípio constitucional da forma republicana.

c) Cessados os motivos da intervenção, em regra as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão.

d) O decreto de intervenção deverá previamente especificar a amplitude, o prazo e as condições de execução.

e) A União poderá intervir nos Estados para assegurar a observância do princípio constitucional da autonomia municipal.

04. Sobre o processo legislativo:

- a) A Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de defesa, mediante proposta de três quintos do Congresso Nacional.
- b) Depende de deliberação do Congresso Nacional, em sessão conjunta, a aprovação de emenda constitucional, em dois turnos de votação.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada somente poderá ser objeto de nova proposta na legislatura subsequente à da rejeição.
- d) É possível emenda à Constituição de 1988 que cuide das hipóteses de cabimento do mandado de segurança.
- e) Não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição Federal que busque abolir a justiça itinerante.

05. Sobre o Poder Executivo, conforme a Constituição Federal:

- a) Os Ministros de Estado podem conferir condecorações e distinções honoríficas
- b) O Presidente da República tem competência privativa para criar e extinguir cargos, funções e empregos públicos das esferas governamentais.
- c) Compete aos Ministros de Estado expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.

d) São considerados crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que, contrariando leis complementares, atentem contra o patrimônio público.

e) Nos crimes de responsabilidade, admitida a acusação contra o Presidente da República, compete o julgamento ao Supremo Tribunal Federal.

06. Sobre as funções essenciais à justiça conforme a Constituição Federal:

a) São princípios institucionais do Ministério Público, previstos na Constituição Federal, unidade, indivisibilidade e estabilidade.

b) A aprovação do Procurador-Geral da República se dará pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

c) A Lei Ordinária Federal prescreverá normas gerais para sua organização da Defensoria Pública dos Estados.

d) É de competência exclusiva do Congresso Nacional a escolha do Advogado-Geral da União.

e) É vedado aos membros do Ministério Público o exercício de qualquer outra função pública.

07. Acerca do sentido da Constituição, segue: “É necessário falar da Constituição como uma unidade e conservar, entretanto, um sentido absoluto de Constituição. Ao mesmo tempo, é preciso não desconhecer a relatividade das distintas leis constitucionais. A distinção entre Constituição e lei constitucional só é possível, sem dúvida, porque a essência da Constituição não está contida numa lei ou numa norma. No fundo de toda a normatividade reside uma decisão política do titular do poder constituinte, ou seja, do povo na democracia e do monarca na monarquia autêntica.” O trecho acima refere-se ao conceito de Constituição de:

a) Carl Schmitt

b) Ferdinand Lassalle

c) Karl Loewenstein

d) Hans Kelsen

e) J.J. Canotilho

08. Conforme o conceito do doutrinador José Afonso da Silva, os elementos das constituições que regulam a estrutura do Estado e do Poder são os chamados:

a) socioideológicos

b) limitativos

c) de estabilização

d) orgânicos.

e) formais de aplicabilidade.

09. Inúmeras ações judiciais são ajuizadas com o intuito de obrigar os entes federativos ao fornecimento de medicamentos, porém, nem sempre estes contam com o registro da Anvisa. Sobre o tema, assinale a alternativa correta de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) A regra é que o fato de o medicamento ser experimental não retira a obrigatoriedade do Estado de fornecê-lo.

b) A ausência de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária não impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial.

c) É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário.

d) As ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária deverão necessariamente ser propostas em face dos Municípios.

e) Os entes da Federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, competindo ao autor da ação optar a quem direcionará o cumprimento.

10. Acerca da competência legislativa e controle de constitucionalidade das normas, assinale a alternativa correta de acordo com a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal:

- a) Pode lei municipal versar sobre a percepção de pensão por morte para ex-vereador.
- b) A Constituição Estadual não pode dispor sobre o Tribunal de Contas do Município, onde houver, sob pena de invasão à autonomia municipal.
- c) Por ter sempre caráter de órgão de segurança pública, a polícia científica precisa estar vinculada à Polícia Civil.
- d) A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião demanda requerimento expresso junto à autoridade responsável.
- e) Ao dispor sobre autoridades submetidas a foro por prerrogativa de função, os Estados devem seguir o modelo federal.

DIREITO HUMANOS

Lúcia Reinert

11. Tendo em vista que as pessoas com deficiência são compreendidas no rol de pessoas vulneráveis, assinale a alternativa CORRETA, em relação a Convenção de Nova York e os direitos humanos das pessoas com deficiência.

I) A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, modifica substancialmente a disciplina jurídica brasileira sobre o acesso e inclusão da pessoa com deficiência, especialmente no que diz respeito ao Direito Civil. Inspirada na Convenção de Nova York sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, o Estatuto apresenta inovações jurídicas condizentes com o tratado internacional, que, internalizado ao ordenamento interno brasileiro, tem status de Emenda Constitucional.

II) Contemporaneamente, prefere-se a expressão “pessoa portadora de deficiência”, porquanto manifesta, com maior precisão, a condição na qual se encontram essas pessoas vulneráveis.

III) O conceito interacional de deficiência foi positivado no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Todas as afirmações estão erradas.
- c) Apenas a alternativa I e II estão corretas.
- d) Apenas a alternativa I e III estão corretas.
- e) Apenas a I está correta.

12. No plano da Teoria Geral dos Direitos Humanos, assinale a alternativa CORRETA em relação as principais características dos Direitos Humanos:

- a) são dotados de historicidade, universalidade, exaurabilidade, essencialidade, imprescritibilidade, alienabilidade e irrenunciabilidade entre outros.
- b) são dotados de historicidade, universalidade, exaurabilidade, essencialidade, imprescritibilidade, alienabilidade e irrenunciabilidade, apenas e tão somente.
- c) são dotados de historicidade, universalidade, inexaurabilidade, essencialidade, imprescritibilidade, inalienabilidade e irrenunciabilidade, dentre outras.
- d) são dotados de historicidade, universalidade, inexaurabilidade, essencialidade, prescritibilidade, alienabilidade e irrenunciabilidade, apenas.
- e) são dotados de historicidade, universalidade, inexaurabilidade, essencialidade, imprescritibilidade, inalienabilidade e renunciabilidade, dentre outras.

13. São considerados exemplos de direitos humanos de terceira dimensão:

- a) direito ao meio ambiente saudável, autodeterminação dos povos, qualidade de vida
- b) direito de votar e ser votado, direito de guerra, direito à vida
- c) direito à bioética, biotecnologia, biologia

- d) direito à democracia, direito a bioética, direito de reunião
- e) direito à vida e a liberdade

14. Em relação a Carta Internacional de Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Carta Internacional dos Direitos Humanos decore da conjugação do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.
- b) O uso do termo "Carta Internacional de Direitos Humanos" também implicava o reconhecimento de que os dois Pactos não poderiam ser interpretados desconectados da DUDH, o que deu sistematicidade à proteção dos direitos humanos internacionais.
- c) Desde a adoção dos dois Pactos, a ONU tem estimulado a adoção de vários tratados de direitos humanos em temas diversos, formando o chamado sistema global de direitos humanos (também chamado sistema universal ou onusiano).
- d) Dentre as consequências da "Carta Internacional dos Direitos Humanos" está a reafirmação do objetivo da ONU de proteger os direitos humanos, já previstos na Carta de São Francisco, mas frustrado pela Guerra Fria e pelo antagonismo entre Estados Unidos e União Soviética, dois membros extremamente influentes daquela organização.
- e) A Carta Internacional dos Direitos Humanos não decore da conjugação do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, mas apenas do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

15. O Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no caso Cosme Rosa Genoveva, Evandro de Oliveira e outros. Assinale a alternativa correta:

- a) a Favela Nova Brasília vs Brasil, no qual a DPU não atuou como Amicus Curiae, por ausência de previsão legal.
- b) ao caso, que tem a Defensoria Pública da União (DPU) como amicus curiae, refere-se às incursões das polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro na Favela Nova Brasília, em 1994 e 1995, que resultaram no assassinato de 26 pessoas.
- c) violação do direito das minorias, especialmente mulheres e indígenas.
- d) violação do direito à moradia em condições precárias nos grandes centros urbanos e contou com a atuação da Defensoria Pública como amicus Curiae.
- e) a Favela Naval, que foi reconhecido internacionalmente como o primeiro caso de condenação internacional de violência policial.

16. A extensão de discriminação em razão de gênero admitiu que fossem postuladas medidas de promoção, proteção e efetivação dos direitos das pessoas Trans. Neste cenário, o Brasil, no caso Luiza Melinho vs Brasil, já foi responsabilizado perante o sistema interamericano de Direitos Humanos. Em relação a esse caso assinale a única alternativa correta:

- I – O caso envolveu cirurgia de transgenitalização e foi admitido perante a Comissão Interamericana, em razão de inérgia do Estado Brasileiro em assegurar em tempo hábil a realização de cirurgia de afirmação sexual.
- II – De acordo com a Comissão Interamericana, o Estado do Brasil teria violado os direitos humanos ao negar a realização de uma cirurgia de afirmação sexual através do sistema público de saúde e negado a pagar-lhe a realização da cirurgia em um hospital particular
- III – No caso Luiza Melinho ocorreram a violação dos seguintes direitos: integridade pessoal, proteção da honra e dignidade, igualdade perante a lei, entre outros direitos previstos na CADH.
- IV – A Corte Interamericana no caso Luiza Melinho vs Brasil estabeleceu que a orientação sexual, a identidade de gênero e a não discriminação por motivos de gênero são componentes fundamentais da vida privada das pessoas.

V – A Corte Interamericana reconheceu que o direito à vida privada garante esferas da intimidade que o Estado ou ninguém pode invadir, tais como a capacidade para desenvolver a própria personalidade e aspirações e determinar sua própria identidade, campos de atividade das pessoas que são próprios e autônomos de cada um, tais como suas decisões, suas relações interpessoais e familiares e seu domicílio

- a) Todas estão corretas
- b) Apenas a I, II, III estão corretas.
- c) Apenas a I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas uma está incorreta.
- e) Apenas duas afirmações estão corretas.

17. As mulheres são reconhecidas como um grupo vulnerável de extrema fragilidade e que sofre constantes violações de direitos humanos. Por conta disso, foram editados inúmeros documentos internacionais visando a promoção, proteção e efetivação desse grupo. Assinale a alternativa correta em relação a Convenção de Belém do Pará.

- a) O Brasil não ratificou a Convenção de Belém do Pará, por entender que os direitos e garantias nela propostos, não estavam relacionadas as violações de direitos sofridas pelas mulheres no nosso país.
- b) Foi reconhecido que a violência contra a mulher se restringia ao espaço público, eis que o domínio privado não era espaço de interferência do Estado, sob risco de violar a privacidade e intimidade dos seios familiares.
- c) Foi o primeiro tratado internacional a reconhecer de forma enfática a violência contra a mulher como um fenômeno generalizado. (independentemente de idade, classe social, raça, etc.)
- d) Por descumprir a referida convenção, o Brasil foi responsabilizado perante a Corte Interamericana no caso Maria da Penha vs. Brasil.
- e) O primeiro caso de violência contra a mulher encaminhado à Comissão Interamericana e relacionado ao Brasil envolvia a Sra. Maria da Penha, tanto que culminou na responsabilização pelo estado brasileiro.

18. Em relação a jurisprudência da Corte Interamericana e da Comissão Interamericana, bem como do Direito Internacional dos Direitos Humanos das Crianças, assinale a alternativa incorreta.

a) A Opinião Consultiva 17/2002 da Corte Interamericana estabelece a condição jurídica e consagra os direitos humanos das crianças.

b) O interesse superior da criança, consagrado no art. 3º da Convenção sobre os Direitos da Criança, representa princípio regulador da normativa dos direitos da criança, fundado na dignidade mesma do ser humano, nas características próprias da criança, e na necessidade de propiciar o desenvolvimento delas, com pleno aproveitamento de todas suas potencialidades.

c) A Opinião Consultiva 17/2002 da Corte Interamericana consistiu na primeira vez em que a Corte IDH, no exercício de sua função contenciosa reconheceu a criança como sujeito de direitos.

d) No tocante à definição de criança, a Corte IDH seguiu o disposto no art. 1º da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, preferindo uma definição simples, entre maiores e menores de 18 anos, significando “criança” toda pessoa que não tenha atingido 18 anos completos

e) A Corte assumiu um sentido material de igualdade, em relação a menores de 18 anos: trata-se de um direito que tem por objetivo o “desenvolvimento harmonioso da personalidade das crianças e desfrute dos direitos que lhes são reconhecidos”, assim, impõe obrigação de sua garantia pelo Estado

19. A Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR, foi instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas. Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

a) Considera-se população em situação de rua o grupo populacional homogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

b) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a

1º Simulado DPE-GO Defensor – 17/07/2021

pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a existência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma exclusivamente permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

c) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

d) considera-se população em situação de rua o grupo populacional homogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

e) Não há uma definição de população em situação de rua na Política Nacional para a população em situação de rua.

20. Em relação a Teoria das gerações, ou dimensões dos Direitos Humanos, verifique quais afirmações são verdadeiras e falsas e assinale a alternativa correta:

I – A teoria foi desenvolvida no Brasil, com o advento da Constituição Federal de 1988

II – Cada geração foi associada a um dos componentes do dístico da Revolução Francesa: “liberdade, igualdade, fraternidade”.

III – De acordo com a teoria, são considerados direitos de 1ª geração, os direitos de liberdade; direitos individuais; direitos civis e políticos; direitos às prestações positivas, em que o Estado deve proteger a esfera de autonomia do indivíduo – papel passivo do Estado.

IV – Os direitos de 4ª Geração 4ª foram concebidos apenas no século XX e representam os direitos resultantes da globalização dos direitos humanos.

V – A concepção contemporânea dos Direitos Humanos critica a teoria geracional, pois transmite de forma errônea, o caráter de substituição de uma geração por outra.

- a) V, V, V, V
- b) F, V, F, V, V
- c) F, F, V, V, F,
- d) V, F, V, V, V
- e) F, V, F, V, F

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

21. De acordo com a Lei nº 14.133/21, marque a assertiva correta:

a) Assim como a Lei nº 8.666/93, a Lei 14.133/21 exige a realização de audiência pública antes da publicação do edital da licitação

b) Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação deverá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

c) A concorrência é a modalidade de licitação que poderá ser usada para alienação de bens públicos, utilizando o maior lance como critério de julgamento.

d) Nas dispensas de licitação por valores não há a obrigatoriedade de se realizar o procedimento de justificação.

e) É inexistente a licitação para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

22. Marque a assertiva correta, tendo como base os entendimentos doutrinários acerca dos Atos Administrativos:

- a) A imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo ocorrerá sem a autorização do Poder Judiciário.
- b) O elemento motivação consiste nas razões de fato e de direito que determinaram a prática do ato administrativo.
- c) O Direito brasileiro admite a chamada motivação aliunde.
- d) Acerca da nulidade dos atos administrativos, o Direito Administrativo pátrio adota a teoria monista de nulidades.
- e) A revogação recai sobre atos administrativos ilegais.

23. Acerca da organização administrativa e seus institutos, marque a assertiva correta:

- a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- b) descentralização por colaboração é utilizada precipuamente para transferência da titularidade de serviços públicos para a iniciativa privada ou organizações do terceiro setor, mediante delegação operada pelos institutos da concessão ou permissão.
- c) criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, de modo a gerar uma hierarquia entre os órgãos criados dentro da mesma entidade.
- d) desconcentração pressupõe a criação de outros entes públicos ou privados, integrantes da estrutura administrativa, enquanto a descentralização refere-se à mera realocação de competências dentro da estrutura existente.
- e) descentralização ocorre sempre que se cria um novo órgão com plexo de atribuições próprias, o que se insere na competência normativa e regulamentar do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa.

Rógerio da Cunha

24. Sobre as causas de exclusão do crédito tributário assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- b) O mandado de segurança não constitui via adequada para a declaração do direito à compensação tributária
- c) Na repetição de indébito tributário, a correção monetária incide a partir do trânsito em julgado da decisão que a conceder.
- d) O pedido administrativo de compensação ou de restituição interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário
- e) A restituição vence juros capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

25. A respeito do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e seu regramento julgue os itens abaixo:

- I- Incide ISS sobre operações de arrendamento mercantil financeiro.
- II- É inconstitucional a incidência de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre contratos de franquia (franchising) que não materializam qualquer hipótese de prestação de serviços.
- III - Incide ISS sobre as operações de venda de medicamentos preparados por farmácias de manipulação sob encomenda, ao passo que incide ICMS sobre as operações de venda de medicamentos por elas ofertados aos consumidores em prateleira.
- IV- A base de cálculo do ISS, referente aos serviços prestados por empresas fornecedoras de mão de obra temporária, deve englobar também os valores dos salários e encargos sociais dos trabalhadores por ela contratados.

Estão corretas:

- a) I, II e III;
- b) I, II e IV;
- c) II, III e IV;
- d) I, III e IV
- e) nenhuma

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Marcos Gomes

26. Conforme a Lei Complementar Estadual n. 130/2017, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Primeira, a Segunda e a Terceira Subdefensoria Pública-Geral são órgãos de Administração Superior.
- b) Os Núcleos da Defensoria Pública são órgãos de atuação.
- c) A Escola Superior da Defensoria Pública do Estado é órgão auxiliar.
- d) A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado é órgão auxiliar.
- e) Os Centros de Atendimento Multidisciplinar da Capital e do Interior são órgãos auxiliares a não órgãos de apoio.

27. Acerca da Ouvidoria e dos Centros de Atendimentos Multidisciplinares, assinale a alternativa CORRETA, conforme a legislação da Defensoria Pública Estadual:

- a) O Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado será escolhido pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, dentre cidadãos de reputação ilibada, integrante da Carreira de Defensor Público do Estado, indicados em lista tríplice, formada por integrantes da sociedade civil, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.
- b) O cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado não é exercido em regime de dedicação exclusiva.
- c) O Diretor dos Centros de Atendimento Multidisciplinar e o Chefe do Centro de Atendimento Multidisciplinar

do Interior serão nomeados em comissão pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

d) À Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado compete participar, com direito à voz e voto, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

e) Para o desempenho de suas atribuições, os Centros de Atendimento Multidisciplinar poderão contar com profissionais e estagiários das áreas de psicologia, serviço social, arquitetura, sociologia, estatística, economia, ciências contábeis e direito, dentre outras.

28. Acerca do regramento da gratuidade de justiça, conforme o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência está abrangida pela gratuidade de justiça.
- b) As multas processuais estão abrangidas pela gratuidade de justiça.
- c) O juiz poderá não conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- d) A gratuidade de justiça abrange os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.
- e) A gratuidade não pode consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

29. Acerca da Defensoria Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Após a Emenda Constitucional n. 80, reforçou-se a ideia de que a Defensoria Pública é uma cláusula pétrea.

- b) A ideia de autonomia funcional da Defensoria Pública relaciona-se com o espaço de liberdade institucional para realizar suas atribuições, com o escopo de alcançar as finalidades institucionais e constitucionais conferidas à Instituição, livrando-se de ingerências externas.
- c) No que tange a autonomia financeira, durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- d) O art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar n. 80/94, que destacava expressamente autonomia à Defensoria Pública não foi vetado pelo Poder Executivo.
- e) O art. 97-A, que reforçou a autonomia da Defensoria Pública na Lei Complementar n. 80/94, foi incluído pela Lei Complementar n. 132/09.

30. Sobre a competência para legislar sobre Defensoria Pública, assinale as alternativas para ao final responder:

- I - Lei Complementar será exaustiva em relação à União e aos Territórios.
- II – Existe uma competência concorrente entre União, estados e distrito federal para legislar sobre Defensoria Pública.
- III - A competência dos estados e do distrito federal será suplementar sobre a matéria.
- IV - Não podemos ter medida provisória sobre normas que organiza a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e que prescreve normas gerais para sua organização nos Estados.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e III.

d) I, III e IV.

e) II e III.

31. Acerca das atribuições da Defensoria Pública, conforme a Lei Complementar n. 80/94, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É função da Defensoria Pública impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução.
- b) O defensor público, dentro do seu plexo de atribuições, poderá representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos.
- c) Poderá o defensor público acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação em 24 horas da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado.
- d) É atribuição do defensor público participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos.
- e) É atribuição do defensor público executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores.

32. Acerca das garantias e prerrogativas do defensor público, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A independência funcional é uma garantia para o membro da Defensoria Pública no desempenho de suas atribuições.
- b) A irredutibilidade de vencimentos é garantia que tem o escopo de evitar pressões econômicas por meio da

redução de vencimento dos servidores, assegurando a liberdade de atuação do defensor público.

- c) As prerrogativas são normas de ordem pública que buscam instrumentalizar e equilibrar o contraditório e a ampla defesa, trazendo ferramentas para que o defensor público preste a assistência jurídica integral e gratuita e concretize a ideia de acesso à justiça, pautadas na ideia de igualdade material.
- d) É prerrogativa do membro da Defensoria Pública não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral.
- e) representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, em qualquer situação, o que diferencia a figura do defensor público do advogado.

33. Acerca da Defensoria Pública e sua atuação em tutela coletiva, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na tutela coletiva, a Defensoria Pública poderá tutelar direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos vulneráveis organizacionais.
- b) Em que pese a ausência de previsão legal expressa na Lei de Mandado de Injunção, a Defensoria Pública poderá impetrar mandado de injunção coletivo com base na ideia de microssistema de tutela coletiva e com fulcro na teoria dos poderes implícitos.
- c) A Defensoria Pública pode realizar termo de ajustamento de conduta.
- d) A questão inerente a instauração de inquérito civil pela Defensoria Pública é divergente na doutrina.
- e) A Defensoria Pública poderá convocar uma audiência pública para solucionar ou minimizar problemas relacionados ao seu público-alvo e matérias relacionadas às suas funções institucionais.

DIREITO CIVIL

Gustavo Arruda

34. Sobre os alimentos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na execução de alimentos, é possível o protesto (art. 526, § 3º do NCPC), mas não a inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, por falta de previsão legal.
- b) É devido alimentos ao filho maior quando comprovada a frequência em curso universitário ou técnico, por força da obrigação parental de promover adequada formação profissional.
- c) Não se pode modificar a natureza da prestação alimentar (em espécie ou *in natura*), embora seja sempre possível modificar o seu valor, desde que demonstrada alteração na condição financeira das partes.
- d) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade deve ser feito de forma automática, por decisão judicial de ofício, nos próprios autos do processo em que foi estabelecida.
- e) A base de cálculo da pensão alimentícia fixada sobre o percentual do vencimento do alimentante abrange os rendimentos brutos, excetuados os descontos legais, o décimo terceiro salário e o terço constitucional de férias.
- 35.** Ainda sobre os alimentos, assinale a alternativa CORRETA:
- a) Os alimentos devidos entre ex-cônjuges devem ter caráter excepcional, transitório e devem ser fixados por prazo determinado, exceto quando um dos cônjuges não possua mais condições de reinserção no mercado do trabalho ou de readquirir sua autonomia financeira.
- b) Os avós não têm dever de prestar alimentos aos netos, mesmo quando demonstrada a insuficiência de recursos do genitor.
- c) São sempre passíveis de compensação os alimentos fixados em pecúnia com parcelas pagas *in natura*.
- d) Não se deve jamais fixar o valor da pensão alimentícia com base em determinado número de salários-mínimos.
- e) A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial não tem direito à pensão previdenciária por

morte do ex-marido, mesmo quando comprovada a necessidade econômica superveniente.

36. Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O exercício dos direitos da personalidade não pode sofrer qualquer tipo de limitação voluntária.
- b) Prescreve em 4 anos a pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade.
- c) A ampla liberdade de informação, opinião e crítica jornalística reconhecida constitucionalmente à imprensa não pode ser limitada em face de direitos da personalidade.
- d) No tocante às pessoas públicas, apesar de o grau de resguardo e de tutela da imagem não ter a mesma extensão daquela conferida aos particulares, já que comprometidos com a publicidade, restará configurado o abuso do direito de uso da imagem quando se constatar a vulneração da intimidade ou da vida privada.
- e) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

37. Sobre o fornecimento de medicamentos pelo poder público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A responsabilidade dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), nas ações que buscam o fornecimento de medicamentos, é solidária, devendo figurar no polo passivo todos eles em conjunto.
- b) Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, não sendo possível, entretanto, determinar o sequestro (bloqueio) de valores dos entes públicos, pois o pagamento de valores está sempre sujeito ao regime de precatórios.
- c) Não se admite a antecipação dos efeitos da tutela contra a Fazenda Pública para obrigá-la ao fornecimento de medicamento.

d) O valor da multa cominatória imposta em razão do descumprimento da obrigação de fornecer tratamento e medicamentos adequados ao portador de doença grave deve ser revertido em favor do credor compensando-se com o valor das perdas e danos eventualmente arbitrados.

e) É possível o reconhecimento do direito de sucessores ao recebimento de multa diária imposta em demandas cujo objetivo é a efetivação do direito à saúde, pois referido valor não se reveste da mesma natureza personalíssima que possui a pretensão principal, tratando-se de crédito patrimonial, portanto, transmissível aos herdeiros.

38. Sobre o bem de família, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A impenhorabilidade do bem de família prevista no art. 3º, III, da Lei n. 8.009/90 também pode ser oposta ao credor de pensão alimentícia decorrente de vínculo familiar ou de ato ilícito.
- b) A proteção contida na Lei n. 8.009/1990 alcança apenas o imóvel da família, mas não os bens móveis usualmente mantidos em um lar comum.
- c) É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.
- d) A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis constitui bem de família para efeito de penhora.
- e) A impenhorabilidade do bem de família é oponível às execuções de sentenças cíveis decorrentes de atos ilícitos, mesmo se decorrente de ilícito previamente reconhecido na esfera penal.

39. Sobre a união estável, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A coabitAÇÃO é elemento indispensável à caracterização da união estável.

- b) É possível o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas.
- c) A existência de casamento válido obsta o reconhecimento da união estável, mesmo que haja separação de fato ou judicial entre os casados.
- d) A união estável de pessoa maior de setenta anos será regida pelo regime da separação obrigatória, não sendo possível a partilha de bens adquiridos na constância da relação, mesmo que comprovado o esforço comum.
- e) Comunicam-se os bens adquiridos anteriormente à união estável ou ao casamento sob o regime de comunhão parcial, quando o registro em cartório ocorrer na constância da relação.

40. Ainda sobre a união estável, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O companheiro sobrevivente não tem direito real de habitação sobre o imóvel no qual convivia com o falecido, uma vez que não há previsão legal no art. 1.831 do atual Código Civil.
- b) A valorização patrimonial dos imóveis ou das cotas sociais de sociedade limitada, adquiridos antes do início do período de convivência, não se comunica, pois não decorre do esforço comum dos companheiros, mas de mero fator econômico.
- c) São incomunicáveis os frutos e produtos dos bens adquiridos anteriormente ao início da união estável.
- d) Na união homoafetiva, não se reconhece o direito do companheiro sobrevivente à meação dos bens adquiridos a título oneroso ao longo do relacionamento.
- e) A presunção legal de esforço comum quanto aos bens adquiridos onerosamente na constância da união estável, prevista no art. 5º da Lei 9.278/1996, também é aplicável à partilha do patrimônio formado pelos conviventes antes da vigência da referida legislação.

41. Sobre os direitos do idoso e da pessoa com deficiência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) não é aplicável às relações jurídicas de trato sucessivo estabelecidas anteriormente à sua vigência, por se tratar de norma cogente.
- b) Tratando-se de serviço diretamente vinculado ao lazer, o idoso não tem direito à benesse legal relativa ao desconto de 50% no valor do ingresso.
- c) O portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.
- d) As instituições financeiras não estão obrigadas a utilizar o Sistema Braille nas contratações bancárias (contratos bancários de adesão e todos os demais documentos fundamentais para a relação de consumo) estabelecidas com a pessoa com deficiência visual.
- e) O portador de visão monocular não tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

42. A administração de empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) pode ser exercida por

- a) membros da magistratura.
- b) pessoa não titular nomeada no ato constitutivo.
- c) pessoa jurídica.
- d) servidor público federal civil ou militar da ativa.
- e) membro do Ministério Público.

43. Em relação à sociedade limitada,

- a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.
- b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

- c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.
- d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.
- e) uma vez integralizado o capital, este não pode ser reduzido, mas somente majorado, por decisão da maioria simples dos sócios.

44. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos

- a) e relativos à atividade da empresa, desde que autorizados por escrito.
- b) mesmo que não sejam relativos à atividade da empresa ou que não tenham sido autorizados por escrito.
- c) e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
- d) ou fora deles, desde que relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
- e) ou fora deles, ainda que não relativos à atividade da empresa ou que não autorizados por escrito.

45. Paulo e Marcos estabelecem uma sociedade, mas os atos constitutivos dessa sociedade, embora elaborados e subscritos pelos interessados, não foram levados a registro. Marcos realizou contrato com terceiro em nome da sociedade, sem que Paulo tenha participado da negociação. Nesta situação,

- a) somente Marcos tem responsabilidade pelas obrigações contraídas e não tem direito ao benefício de ordem.
- b) somente Paulo tem responsabilidade pelas obrigações contraídas, mas é lhe assegurado o benefício de ordem.
- c) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas, mas somente Marcos está excluído do benefício de ordem.

- d) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e ambos têm assegurado o benefício de ordem.
- e) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, mas nenhum deles tem assegurado o benefício de ordem.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

46. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca das relações consumeristas, considere:

- I. É abusiva a cláusula contratual que restringe a responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.
- II. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, inclusive os administrados por entidades de autogestão.
- III. A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.
- IV. É lícito ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, incluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.

V. O Ministério Públíco tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ressalvados os decorrentes da prestação de serviço público.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma apenas em

- a) I e II.
 b) I e III.
 c) II e IV.
 d) III e V.
 e) IV e V.

47. Acerca da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, exigindo em todos os casos autorização em contrário do consumidor.
- b) Os órgãos públicos, desde que por si prestados, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, módicos e atuais.
- c) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- d) Sendo o dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.
- e) A garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

48. A defesa coletiva do consumidor em juízo será exercida quando se tratar de:

- a) interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- b) interesses ou direitos coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- c) interesses ou direitos coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstâncias de fato.

- d) interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- e) interesses ou direitos difusos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Eduardo Calvert

49. Sobre os deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O descumprimento do dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade pode constituir ato atentatório à dignidade da justiça, podendo acarretar a aplicação de multa de até dez por cento do valor da causa exclusivamente sobre as partes.
- b) A inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso pode constituir ato atentatório à dignidade da justiça, podendo acarretar a aplicação de multa de até vinte por cento do valor da causa sobre as partes e seus advogados, públicos ou privados.
- c) A criação de embaraços à efetivação das decisões pode constituir ato atentatório à dignidade da justiça, podendo acarretar a aplicação de multa de até vinte por cento do valor da causa sobre o responsável, mas a multa não se aplica aos membros da Defensoria Pública, cuja responsabilidade disciplinar deverá ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria.
- d) A produção de provas e a prática de atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito pode constituir ato atentatório à dignidade da justiça, podendo acarretar a aplicação de multa de até vinte por cento do valor da causa sobre o responsável, mas a multa não se aplica aos membros do Ministério Público, cuja responsabilidade disciplinar deverá ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria.
- e) O não cumprimento com exatidão das decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, pode constituir ato atentatório à dignidade da justiça,

podendo acarretar a aplicação de multa de até dez por cento do valor da causa sobre o responsável, mas a multa não se aplica aos advogados públicos, cuja responsabilidade disciplinar deverá ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria.

50. Sobre os meios consensuais de solução dos conflitos e sua disciplina legal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.
- b) A confidencialidade estende-se a todas as informações produzidas no curso do procedimento, cujo teor não poderá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes, mas os mediadores e conciliadores detêm a obrigação de depor acerca dos fatos ou elementos oriundos da conciliação ou mediação.
- c) A audiência de conciliação ou de mediação somente não será realizada se não for admitida a autocomposição em relação ao objeto da demanda ou se se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.
- d) O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, mas não alcança a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública.
- e) Os conciliadores e mediadores estão sujeitos aos mesmos motivos de impedimento e suspeição aplicáveis aos juízes.

51. Sobre a disciplina do litisconsórcio no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O litisconsórcio será facultativo na hipótese de não haver previsão legal acerca de sua obrigatoriedade.

b) No litisconsórcio facultativo, a sentença proferida sem a integração do litisconsorte será nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.

c) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio necessário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

d) O litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

e) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.

52. Sobre as tutelas provisórias e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, analise as seguintes assertivas:

I - O Código de Processo Civil não prevê a existência de processo autônomo de natureza cautelar. Na hipótese de tutela cautelar requerida em caráter antecedente, efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

II - O Código de Processo Civil prevê procedimentos distintos em relação à tutela cautelar e à tutela antecipada requeridas em caráter antecedente. Caso entenda que o pedido formulado como tutela cautelar tenha natureza de tutela antecipada, o juiz deverá determinar a emenda da petição inicial para adequação do procedimento.

III - Em relação à tutela antecipada requerida em caráter antecedente, a tutela torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. Nesta hipótese, o processo será extinto sem resolução de mérito.

Está correto o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.
- c) Apenas no item III.
- d) Apenas nos itens I e III.
- e) Apenas nos itens I e II.

53. Em demanda veiculando pedido de natureza condenatória proposta por Joana contra José, o juiz entendeu não haver necessidade de produção de outras provas e julgou antecipadamente o mérito. Em sua sentença, o juiz julgou procedente o pedido formulado por Joana e condenou José ao cumprimento de obrigação de fazer; no mesmo ato, concedeu tutela de evidência em benefício da autora e indeferiu o pedido formulado pelo réu em contestação para a concessão dos benefícios da gratuidade.

- a) Contra a sentença caberá apelação, sem efeito suspensivo. Contra a concessão da tutela de evidência e o indeferimento da gratuidade, caberá agravo de instrumento.
- b) Contra a sentença caberá apelação, sem efeito suspensivo. A questão relativa ao indeferimento da gratuidade deverá ser apreciada preliminarmente ao julgamento do recurso.
- c) A interposição de recurso de apelação por José dependerá do recolhimento das custas, diante do indeferimento do pedido de gratuidade.
- d) Contra a sentença caberá apelação, com efeito suspensivo. A questão relativa ao indeferimento da gratuidade deverá ser apreciada preliminarmente ao julgamento do recurso.
- e) Contra a sentença caberá apelação, com efeito suspensivo. Contra a concessão da tutela de evidência e o indeferimento da gratuidade, caberá agravo de instrumento.

54. Sobre o procedimento da liquidação de sentença, assinale a alternativa correta:

- a) Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor.
- b) Na liquidação é vedado discutir de novo a lide e a modificação da sentença que a julgou deve se limitar à verificação da existência dos danos e sua quantificação.
- c) Na liquidação por arbitramento, aplicável quando determinado pela sentença, convencionado pelas partes ou exigido pela natureza do objeto da liquidação, o juiz nomeará desde logo perito para elaboração de laudo pericial e intimará as partes para, no prazo de 15 dias, arguir o impedimento ou suspensão do perito, se for o caso, indicar assistente técnico e apresentar quesitos.
- d) Na liquidação pelo procedimento comum, aplicável quando houver necessidade de alegar e provar fato novo, o juiz determinará a intimação do requerido, na pessoa de seu advogado ou da sociedade de advogados a que estiver vinculado, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se, a seguir, no que couber, o procedimento comum.
- e) A liquidação poderá ser realizada na pendência de recurso sem efeito suspensivo, processando-se em autos apartados no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.

55. A respeito das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
- b) O rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil é taxativo, por isso não admite a interposição de agravo de instrumento em hipóteses não previstas expressamente no dispositivo legal.
- c) O rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil é taxativo, mas admite interpretação extensiva, ampliativa ou analógica e por isso admite a

interposição de agravo de instrumento em hipóteses não previstas expressamente no dispositivo legal.

d) O rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil é meramente exemplificativo, e por isso admite a interposição de agravo de instrumento em relação a qualquer decisão interlocutória proferida no processo.

e) O rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil é taxativo, mas admite a interposição de agravo de instrumento em hipóteses não previstas expressamente no dispositivo legal sempre que verificada a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

56. Romário propôs demanda contra Bebeto veiculando pedidos de condenação do réu ao pagamento de danos morais e materiais. Na fase de julgamento conforme o estado do processo, o juiz julgou antecipada e parcialmente o mérito em relação ao pedido de condenação de Bebeto ao pagamento de indenização por danos morais, por entender que não havia necessidade de produção de outras provas; em relação ao pedido de condenação do réu ao pagamento de danos materiais, determinou a produção de prova pericial. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

a) Romário poderá, desde logo, requerer o cumprimento provisório da decisão condenatória, independentemente de caução e ainda que Bebeto interponha recurso.

b) Romário poderá, desde logo, requerer o cumprimento provisório da decisão condenatória, mediante pagamento de caução e ainda que Bebeto interponha recurso.

c) Romário poderá liquidar desde logo a decisão condenatória, se for o caso, mas não poderá requerer o seu cumprimento antes do trânsito em julgado.

d) Contra a decisão que julgou antecipada e parcialmente o mérito caberá recurso de apelação, com efeito suspensivo.

e) Contra a decisão que determinou a produção de prova pericial caberá agravo de instrumento.

57. Sobre a ação rescisória e sua disciplina no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando for proferida por juiz impedido ou por juiz absolutamente e relativamente incompetente.

b) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou tenha sido demonstrada em processo de natureza civil autônomo.

c) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando for fundada em erro de fato ou de direito verificável do exame dos autos. Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado

d) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando obtiver o autor, posteriormente ao julgamento em primeira instância da sentença rescindenda, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

e) São passíveis de ação rescisória tanto decisões com resolução de mérito quanto decisões sem resolução de mérito.

58. Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) É cabível quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

b) A desistência do recurso não impedirá o exame de mérito do incidente, hipótese em que o Ministério Público deverá assumir a sua titularidade.

c) É cabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no

âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva, mas ele deve ser extinto na hipótese de julgamento e fixação da tese pelo tribunal superior.

d) O pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente do tribunal e o seu julgamento caberá ao plenário do tribunal ou ao seu órgão especial, onde houver.

e) A suspensão dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso, dependerá de decisão fundamentada do relator, sendo necessária a demonstração de perigo de dano ou o risco ao resultado útil dos processos.

DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS

Rodrigo Vaslin

59. Marque a alternativa correta a respeito do mandado de segurança:

- a) Aquele que se filiar a associação após esta ter impetrado mandado de segurança coletivo será parte ilegítima para execução do título formado.
- b) A sentença que conceder o Mandado de Segurança pode ser executada provisoriamente mesmo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.
- c) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- d) De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, o prazo decadencial para impetrar mandado de segurança contra ato que reduz vantagem integrante de proventos consiste em ato único e, por isso, o prazo não se renova mês a mês.
- e) Conforme o rito previsto para o mandado de segurança, é proibida a interposição simultânea de agravo de instrumento e de pedido de suspensão, pela pessoa jurídica de direito público interessada, contra decisão interlocutória que, em primeiro grau, defira, liminar e provisoriamente, a segurança pleiteada.

60. Sobre a ação de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir:

I. Eventual decretação de indisponibilidade de bens poderá recair sobre os bens adquiridos pelo referido agente antes da prática do ato ímpreto, devendo-se considerar, ainda, o valor de possível multa civil como sanção autônoma.

II. A ação de improbidade administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias ordinárias, ainda que proposta contra agente político que tenha foro privilegiado.

III. Cabe agravo de instrumento contra todas as decisões interlocutórias proferidas nas ações de improbidade administrativa.

IV. São cabíveis medidas executivas atípicas, de cunho não patrimonial, no cumprimento de sentença proferida em ação de improbidade administrativa.

Estão corretos os itens:

- a) I, II, III e IV
- b) I e III
- c) III e IV
- d) II e III
- e) todas são falsas.

61. Sobre a ação civil pública, julgue os itens:

I. É constitucional a delimitação dos efeitos da sentença proferida em sede de ação civil pública aos limites da competência territorial de seu órgão prolator.

II. Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei nº 8.078/90 (CDC) (Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local: (...) II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente).

III. Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas.

Estão corretos os itens:

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) III
- e) n.d.a

62. Quanto à ação civil pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) Reconhecida à continência, devem ser reunidas na justiça federal as ações civis públicas propostas nesta e na justiça estadual.
- b) A iniciativa do Ministério Público pode ser provocada por qualquer pessoa, que lhe ministrará informações sobre fatos que constituam o objeto da ação civil pública e indicará os elementos de convicção.
- c) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- d) Os juízes e tribunais, se, no exercício de suas funções, tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil pública, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- e) O juiz não pode conferir efeito suspensivo aos recursos para evitar dano irreparável à parte, providência que somente poderá ser deferida pelo tribunal.

63. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A execução de multa diária por descumprimento de obrigação de fazer, fixada em liminar de ação popular e de ação civil pública, pode ser realizada nos próprios autos, razão pela qual não carece do trânsito em julgado da sentença final condenatória.
- b) A competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do Presidente da República, é, via, de regra, do juízo competente do primeiro grau.

c) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

d) Se o autor desistir da ação popular ou der motivo à absolvição da instância, serão publicados editais, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

e) É possível a declaração incidental de inconstitucionalidade em ação popular, desde que a controvérsia jurisdicional não figure como pedido, mas como causa de pedir.

64. A respeito do mandado de segurança coletivo, assinale a alternativa correta:

- a) Ele seguirá o rito do mandado de segurança comum, por falta de sistematização legal.
- b) Não poderá ser concedida medida liminar se a pessoa jurídica de direito público abster-se de se manifestar.
- c) Não é possível a execução individual da sentença coletiva pelos associados, exceto se houver autorização da associação.
- d) A sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- e) Induz a litispendência para as ações individuais, quando tratar da defesa dos mesmos direitos.

65. Assinale a alternativa incorreta a respeito do dano moral coletivo:

- a) É espécie de dano reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência.
- b) O dano moral coletivo possui a função de: a) proporcionar uma reparação indireta à lesão de um direito extrapatrimonial da coletividade; b) sancionar o

ofensor; e c) inibir condutas ofensivas a esses direitos transindividuais.

c) Para a configuração do dano extrapatrimonial coletivo é imprescindível a comprovação de dor, de sofrimento e de abalo psicológico.

d) O dano moral coletivo é uma espécie autônoma de dano que está relacionada à integridade psico-física da coletividade.

e) Dano moral coletivo é a lesão na esfera moral de uma comunidade, isto é, a violação de direito transindividual de ordem coletiva, valores de uma sociedade atingidos do ponto de vista jurídico, de forma a envolver não apenas a dor psíquica.

66. Sobre o mandado de injunção, analise as alternativas:

I. O mandado de injunção pode ser individual ou coletivo, podendo, nesse último caso, ser promovido pelo Ministério Público.

II. Uma vez transitada em julgado a decisão final, o relator poderá, monocraticamente, estender seus efeitos a casos análogos.

III. De acordo com o STF, o mandado de injunção não é o meio processual adequado para questionar a efetividade e a abrangência da lei regulamentadora.

Estão corretos os itens:

a) I, II e III

b) I e II

c) I e III

d) III

e) Nenhum dos itens.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

67. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e

da Juventude. Sobre o procedimento de entrega, é correto que:

a) A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal. A autoridade, por sua vez, independentemente de concordância da gestante, poderá encaminhá-la à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado.

b) A busca à família extensa, aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, respeitará o prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

c) Não havendo indicação de genitor ou outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária decretará a extinção do poder familiar e determinará a colocação da criança sob guarda provisória.

d) Na hipótese de não comparecerem à audiência nem o genitor nem representante da família extensa para confirmar a intenção de exercer o poder familiar ou a guarda, a autoridade judiciária decretará a extinção do poder familiar da mãe, e a criança será colocada sob a guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá-la.

e) Os detentores da guarda possuem o prazo de 30 (trinta) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.

68. A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. Com base no ECA e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, pode-se afirmar:

a) Em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, exceto de seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando.

- b) O adotando deve contar com, no máximo, dezenas de anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- c) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de todo e qualquer vínculo com pais e parentes.
- d) O tutor ou o curador são absolutamente impedidos de adotar o pupilo ou o curatelado.
- e) A jurisprudência tem admitido, em clara mitigação do regramento previsto no ECA, a adoção avoenga.

69. Considere os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e assinale a alternativa correta:

- a) Em regra, não há automática consunção quando ocorrem armazenamento e compartilhamento de material pornográfico infanto-juvenil.
- b) Aquele que produz, reproduz, dirige, fotografa, filma ou registra cena de sexo explícito ou pornográfica está sujeito à pena de reclusão, mas o não responderá aquele que apenas intermedeia a participação de criança ou adolescente em tais cenas.
- c) Há aumento da pena se o agente que produz a cena de sexo explícito valer-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o segundo grau, ou por adoção, bem como de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.
- d) Só há crime se a venda ou a exposição à venda de fotografia, vídeo ou outro registro contiver imagem de sexo explícito, não abarcando a mera pornografia.
- e) Os responsáveis pela prestação do serviço de armazenamento de imagens ou acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de sexo explícito não podem ser responsabilizados penalmente.

70. Assinale a alternativa em conformidade com as Regras Mínimas da ONU para Proteção dos Jovens

Privados de Liberdade e para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing):

- a) Sempre que um menor é detido, os pais ou o tutor devem ser notificados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- b) Quando o menor for detido, o juiz só poderá libertar o menor na presença dos pais ou do tutor.
- c) Deve-se buscar constantemente que os policiais que se ocupam com os menores passem por instruções e formação especiais, sendo dispensada a criação de serviços especiais de polícia.
- d) Qualquer recurso a meios extrajudiciais que implique o encaminhamento para serviços comunitários ou outros serviços competentes exige o consentimento do interessado, dos seus pais ou do seu tutor.
- e) Para facilitar a abordagem discricionária dos casos de delinquência juvenil, devem ser organizados programas comunitários, designadamente de vigilância e de orientação permanentes.

71. Os adolescentes em cumprimento de medida de internação têm direito à visitação. Com base na Lei do Sinase, pode-se afirmar:

- a) A visitação está restrita ao cônjuge, companheiro, pais ou responsáveis, sendo vedada a presença de terceiros além desses.
- b) O adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável terá direito à visita íntima.
- c) O adolescente em cumprimento de medida de internação não faz jus à visita íntima, ainda que comprove ser casado ou conviver em união estável.
- d) É garantido aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação o direito de receber visita dos filhos apenas durante os primeiros 6 (seis) meses de internação.
- e) O direito à visitação inclui o direito de o adolescente receber quaisquer objetos que sejam levados por seus visitantes.

72. Em relação ao regime disciplinar regulado pela Lei nº 12.594/2012, pode-se afirmar:

- a) O regime disciplinar exige a instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, sendo garantidos a ampla defesa e o contraditório. Além disso, admite-se que a sanção tenha duração indeterminada, desde que o prazo seja inferior ao da medida socioeducativa em curso.
- b) A apuração da falta disciplinar será conduzida por comissão composta obrigatoriamente por 3 (três) integrantes, sendo 1 (um) oriundo da equipe técnica.
- c) O regime disciplinar está diretamente vinculado à responsabilidade civil ou penal que advinha do ato cometido.
- d) Os socioeducandos que apresentarem bom comportamento e desempenho poderão auxiliar no processo de apuração disciplinar.
- e) Não será aplicada sanção disciplinar ao socioeducando que tenha praticado a falta por coação irresistível ou por motivo de força maior.

73. A Lei nº 10.216/2001 versa sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental. Sabendo que essa lei também protege crianças e adolescentes, assinale a alternativa correta sobre o tema:

- a) A internação poderá ser indicada quando mostrar-se mais conveniente para a criança, ainda que os recursos extra-hospitalares não tenham sido esgotados.
- b) A internação involuntária é aquela determinada pela Justiça.
- c) A internação psiquiátrica, que somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado, poderá ocorrer voluntariamente e com o consentimento do usuário.
- d) O término da internação voluntária dar-se-á exclusivamente por determinação do médico assistente.

e) A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de vinte e quatro horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

74. Assinale a alternativa que corresponde ao entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

- a) As medidas socioeducativas não estão sujeitas à prescrição penal.
- b) Havendo confissão do adolescente em procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas.
- c) O ato análogo ao tráfico de drogas é suficiente para conduzir à imposição de medida socioeducativa de internação ao adolescente.
- d) A configuração do crime de corrupção de menores depende da prova da efetiva corrupção por se tratar de delito material.
- e) A superveniência da maioridade penal interfere na apuração de ato infracional e na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

75. Sobre o instituto da tentativa, assinale a alternativa incorreta:

- a) Na tentativa perfeita, o agente esgota os atos executórios que tinha a sua disposição e, mesmo assim, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade.
- b) Na tentativa inacabada, o agente não esgota os atos executórios que tinha a sua disposição e o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) Na tentativa abandonada, também chamada de tentativa qualificada, ocorre nos crimes em que o

resultado não ocorre por circunstâncias intrínsecas à vontade do autor do delito.

- d) Os crimes omissivos próprios admitem a tentativa. Diferentemente, os crimes omissivos impróprios não a admitem.
- e) A tentativa incruenta caracteriza os delitos cujo objeto material não foi lesionado.

76. Sobre a classificação dos crimes, marque a alternativa incorreta:

- a) Nos crimes comissivos por omissão, a conduta omissiva consiste na transgressão do dever jurídico de impedir o resultado, praticando-se o crime que, abstratamente, é comissivo.
- b) Crime falho é a tentativa perfeita, cujo resultado não se verifica por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) O crime não transeunte é aquele que não deixa vestígios.
- d) O delito de roubo é complexo, na medida em que se verifica a junção do crime de furto, acrescido do emprego do constrangimento, ameaça ou violência.
- e) O crime de mera conduta não exige um resultado naturalístico decorrente da conduta criminosa, bastando o resultado jurídico.

77. Gabriel foi acusado de peculato culposo, todavia, prontamente efetuou a reparação do dano logo após o recebimento da denúncia, antes da resposta à acusação. Nessa hipótese, deve o juiz:

- a) considerar a reparação do dano como causa de diminuição da pena.
- b) na dosimetria, apontar a reparação do dano na fixação de pena base.
- c) absolver sumariamente Gabriel, em decorrência da excludente de punibilidade.
- d) condenar Gabriel, com redução de pena de um terço a dois terços.

- e) considerar a reparação do dano como causa superveniente de exclusão da culpabilidade.

78. Quanto ao crime de violação de sepultura, assinale a alternativa correta:

- a) O crime é comum, podendo ser cometido por qualquer pessoa, salvo familiares do morto e ou o proprietário do túmulo ou urna.
- b) Não se admite a tentativa.
- c) A pena é de reclusão de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.
- d) O objeto material do tipo penal é o respeito aos mortos.
- e) O sujeito passivo do crime é coletividade, podendo ser representada pelos familiares e amigos do morto.

79. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, são requisitos para o reconhecimento da insignificância:

- a) a expressiva lesão jurídica ao bem tutelado pelo direito penal.
- b) a mínima periculosidade social da ação.
- c) relevante ofensividade ao bem tutelado pelo direito penal.
- d) desvalor relevante da conduta e também do resultado.
- e) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do acusado.

80. Sobre a relação de causalidade entre a conduta e o resultado, assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes comissivos, o nexo causal é normativo, isto é, realizado com o intermédio de uma norma que liga o resultado à conduta do agente, aquela que prevê o dever jurídico de agir.

- b) Segundo a Teoria da Equivalência dos Antecedentes, todo e qualquer fator que tenha contribuído para o resultado deve ser considerado sua causa. Possui conexão com a teoria da *conditio sine qua non*, pensada pelo filósofo utilitarista Stuart Mill.
- c) No caso de crimes omissivos qualificados pelo resultado é prescindível que se demonstre o nexo de causalidade entre a omissão e referido resultado.
- d) A teoria da imputação objetiva busca dar ao nexo causal um conteúdo exclusivamente naturalístico.
- e) Por meio da leitura do artigo 13 do Código Penal, percebe-se que houve a adoção da teoria da relevância. Sua base é a chamada regra da *conditio sine qua non*, isto é, deve ser considerada causa aquele comportamento (comissivo ou omissivo), aquele cuja ausência implicaria na não produção do resultado

81. Sobre os princípios no direito penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Princípio do devido Processo Legal preconiza que é necessário que se respeite todo o procedimento previsto nas leis para que, ao final de um processo condenatório, possa haver a justa punição do acusado.
- b) O Princípio da intervenção mínima (*ultima ratio*) preconiza que o direito penal deve intervir minimamente na liberdade dos cidadãos. Desse princípio, decorrem o Princípio da Fragmentariedade, que prevê que o direito penal somente deve atuar como *ultima ratio*, quando os demais ramos não forem suficientes para coibir condutas indesejadas. Princípio da Subsidiariedade, que segundo essa diretriz, o direito penal só deve criminalizar as condutas mais graves que sejam praticadas contra os bens jurídicos mais importantes.
- c) O Princípio da Legalidade consiste no reconhecimento da legalidade como meio para se limitar direitos dos cidadãos, já que a lei representa, em último caso a vontade do povo. Referido Princípio é gênero da qual o Princípio da Anterioridade e Reserva Legal são espécies.
- d) O Princípio da Ofensividade consiste na proibição de haver crime sem que haja conteúdo ofensivo a bens

jurídicos. Desse princípio decorrem dois subprincípios: o princípio do fato ou da responsabilidade pelo fato que dispõe que o direito penal não pode se ocupar dos pensamentos ou intenções. Princípio da exclusiva lesão ao bem jurídico que prevê que não compete ao direito penal tutelar valores puramente morais, éticos ou religiosos

- e) O Princípio da Culpabilidade ou da Corresponsabilidade é aquele que reconhece a participação da sociedade na responsabilidade pela prática de uma infração penal, em virtude da influência do meio social na formação do indivíduo e da desigualdade de oportunidades a que cada cidadão tem acesso. Através desse princípio, rejeitado pela maioria da doutrina, já foi reconhecido pelo STJ como atenuante de pena, nos termos do art. 66, do Código Penal.

82. Sobre a relação da tipicidade e ilicitude, assinale a alternativa correta:

- a) Com o advento do finalismo, o elemento subjetivo do crime, consistente no dolo ou culpa, migrou da culpabilidade para o fato típico. Deste modo, o exame do fato típico passou a conter elemento subjetivo, inclusive com o aspecto da finalidade da conduta do agente. Com isso, a Teoria da Autonomia do Tipo, elaborada por Ernst Ludwig von Beling ganhou grande prestígio no Brasil.
- b) Na Fase do caráter indiciário da *ratio essendi*, Max Ernst Mayer, defende a existência de um vínculo entre fato típico e ilicitude, apontando que todo fato típico é também ilícito.
- c) Para a doutrina majoritária, o Direito Penal Brasileiro adota a teoria da indiciariedade ou da *ratio cognoscendi* do tipo penal. Claus Roxin indica que tal teoria ganhou um impulso com o pensamento voltado ao valor (critério axiológico) do neokantismo.
- d) Os defensores da Fase da absoluta dependência entendem que todo fato típico possui um indício de ilicitude. Somente se comprovada uma causa de exclusão da ilicitude o fato típico não será ilícito. Isto porque o tipo penal é absolutamente dependente e sua

ilicitude é absolutamente vinculada. Se típico o fato, presume-se sua ilicitude.

e) Preconizada por Edmund Mezger e Wilhelm Sauer, a Teoria dos elementos negativos do tipo defende a existência de elementos negativos no tipo penal, consistentes na ausência das causas excludentes de culpabilidade.

83. O garantismo consiste em um conjunto de princípios que visam a legitimar o exercício do poder punitivo do Estado com observância dos direitos e garantias dos cidadãos, tanto do ponto de vista penal quanto no âmbito processual. Quanto ao “garantismo” na visão de Farrajoli, assinale a alternativa incorreta:

a) O sistema penal garantista, também chamado de cognitivo ou de estrita legalidade, é um modelo ideal, que deve ser buscado, mas não é perfeitamente alcançado.

b) O garantismo é um modelo de direito penal vinculado, no Estado de Direito, a uma legalidade aberta, que se caracteriza como um sistema de limitação do poder punitivo e de maximização da liberdade dos indivíduos. Juridicamente, caracteriza-se como um sistema que impõe barreiras ao poder punitivo do Estado com a garantia dos direitos dos cidadãos, sendo causador de impunidades, decorrente de nulidades processuais e procedimentais.

c) Farrajoli observa que os axiomas não traduzem o que acontece, mas o que deve acontecer, por isso são proposições prescritivas. Representam aquilo que um sistema penal deve buscar satisfazer, e não aquilo que o sistema penal já observa. Em outras palavras, possuem implicações deônticas, do dever ser.

d) São princípios penais os que se vinculam a crime: lei, necessidade, ofensa, conduta e culpabilidade.

e) São princípios processuais os que se vinculam a processo: juízo (jurisdicionalidade), acusação, prova e defesa.

84. Sebastião estava internado no Hospital de São Paulo e faleceu em junho de 2020. Durante um ano, sua

esposa, Dona Cristina, continuou recebendo a pensão previdenciária do marido. Após ir ao INSS e contar tal fato, foi denunciada por apropriação indébita previdenciária. Uma das teses que deve ser alegada pela defesa de Dona Cristina, diante da falta de percepção do caráter ilícito da conduta, é:

- a) ignorância da lei penal brasileira.
- b) descriminante putativa.
- c) erro do tipo essencial escusável.
- d) erro de proibição
- e) erro de tipo essencial vencível

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

85. Em relação aos princípios, sistemas e fontes do processo penal, assinale a opção correta.

- a) No sistema acusatório, adota-se a forma tarifada das provas, de modo que a cada tipo de prova prevista na legislação é atribuído um certo valor, superior ou inferior às demais.
- b) O processo penal, justamente por tratar de bens e direitos indisponíveis, não admite interpretação extensiva e analogia.
- c) De acordo com o princípio da proporcionalidade, eventual medida adotada no processo penal deve ser necessária, adequada para os fins almejados e, ao mesmo tempo, não ensejar maior prejuízo do que benefício ao caso em análise.
- d) Os atos processuais praticados em sede de processo criminal são, em regra, sigilosos, não se aplicando o princípio da publicidade senão em matéria que envolva crime de ação penal pública incondicionada.
- e) No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, bem como a sua deficiência, em razão de prejuízo presumido para o réu.

86. No tocante ao inquérito policial, analise as afirmativas a seguir a marque a alternativa correta.

- a) Qualquer pessoa do povo, devidamente identificada e qualificada, que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, apenas por escrito, comunicá-la à autoridade policial.
- b) A notícia anônima de prática criminosa somente poderá ensejar a instauração de investigação criminal na medida em que se realizem diligências sumárias que demonstrem a sua plausibilidade.
- c) O ofendido poderá realizar requerimento de instauração de inquérito policial, o qual deverá conter, sempre que possível, a narração do fato e suas circunstâncias e, obrigatoriamente, a individualização do indiciado ou seus sinais característicos.
- d) Somente mediante requisição do Ministério Público poderá a autoridade policial proceder à reprodução simulada dos fatos.
- e) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou em 15 dias, se estiver preso preventivamente.

87. No tocante à ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) No caso de morte da vítima, se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o ascendente e, em seguida, o cônjuge.
- b) A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto no caso de descumprimento, para efeito de servir como circunstância agravante de eventual pena aplicada.
- c) A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser oferecida pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos do processo juntamente com o querelante.
- d) A denúncia poderá ser oferecida mesmo sem prévia instauração de inquérito policial, quando com a representação forem oferecidos elementos suficientes.
- e) O perdão não poderá ser aceito por procurador.

88. Sobre a competência no âmbito do processo penal, é correto afirmar:

- a) existindo conexão entre crime de competência da Justiça Militar e outro da Justiça Comum, os processos deverão ser reunidos e processados na justiça especializada.
- b) A competência será determinada pela continência, dentre outras, quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- c) a competência para processo e julgamento do estelionato, no caso de depósito ou transferência de valores de forma fraudulenta, é do local da obtenção da vantagem pelo agente, considerando que se trata de um crime material.
- d) existindo conexão, os processos deverão ser reunidos para julgamento conjunto, não sendo possível a separação, em nenhuma hipótese, em prol da unidade da jurisdição.
- e) reconhecida inicialmente ao júri a competência por conexão ou continência, se ao final do sumário da culpa o juiz vier a desclassificar a infração ou impronunciar ou absolver o acusado do crime doloso contra a vida, continuará competente para apreciação do delito remanescente, em razão da *perpetuatio jurisdictionis*.

89. “A prova consiste, pois, na demonstração de existência ou da veracidade daquilo que se alega como fundamento do direito que se defende ou que se contesta. E, nesta razão, no sentido processual, designa também os meios, indicados em lei, para realização dessa demonstração, isto é, a soma de meios para constituição da própria prova, ou seja, para conclusão ou produção da certeza”. (Silva, 2005). A respeito da prova no processo penal, analise as afirmações a seguir e marque a alternativa correta.

- a) De acordo com o Código de Processo Penal, o juiz não pode proferir suas decisões unicamente com base em elementos informativos colhidos na investigação, em razão da inexistência de efetivo contraditório no momento da sua produção, salvo em casos expressamente previstos em lei.

- b) O sistema da íntima convicção é adotado excepcionalmente pelo ordenamento jurídico brasileiro, em casos em que não será necessária a fundamentação da decisão, tal como no momento da decisão de pronúncia – em que se aplica o princípio *in dubio pro societate*.
- c) No processo penal brasileiro não se aplica o princípio da identidade física do juiz, segundo o qual o magistrado que presidiu a instrução deve proferir a sentença.
- d) As provas serão produzidas numa só audiência, podendo o juiz indeferir somente as consideradas impertinentes ou protelatórias.
- e) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que previstos na legislação processual, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

90. Em relação às provas previstas na legislação processual penal, é correto afirmar:

- a) em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar somente por determinação da autoridade judiciária, apenas a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado.
- b) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por uma pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior preferencialmente na área específica.
- c) é permitido às partes requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos, bem como indicar assistentes técnicos que poderão apresentar pareceres ou ser inquiridos em audiência.
- d) proceder-se-á, quando necessário e somente de forma direta, à avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.
- e) nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo para subtração da coisa, a perícia pode ser

dispensada, por razões de conveniência e oportunidade, e isso não impede o reconhecimento de qualificadoras.

91. Sobre o tema das provas no processo penal, julgue os itens a seguir a assinale a alternativa correta.

- a) Se o juiz verificar que a presença do acusado poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, poderá, excepcionalmente, determinar a retirada do réu e seu defensor, prosseguindo na inquirição, em contraditório diferido.
- b) Findo o prazo marcado para retorno da carta precatória expedida para oitiva da testemunha, deverá o processo ser suspenso até que seja juntada aos autos, não sendo permitida a realização imediata do julgamento.
- c) Se o juiz tiver notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, providenciará, somente mediante requerimento de qualquer das partes, sua juntada aos autos, se possível.
- d) Não será permitida, em qualquer hipótese, a apreensão de documento em poder do defensor do acusado.
- e) Poderão se recusar a depor o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

92. De acordo com o Código de Processo Penal, a respeito das medidas cautelares, é correto afirmar:

- a) as medidas cautelares deverão ser aplicadas com observância à necessidade e à adequação, jamais sendo possível a cumulação de mais de uma medida.
- b) é cabível a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares, independentemente da sua relação com o risco de cometimento de novas infrações.

- c) serão recolhidos a quartéis ou prisão especial, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, os ministros de Estado, os governadores ou interventores de Estados ou Territórios, o prefeito do Distrito Federal, bem como os prefeitos municipais e seus respectivos secretários.
- d) é possível a internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração.
- e) qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no BNMP do Conselho Nacional de Justiça, desde que seja da competência territorial do juiz que o expediu.

DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL

Ivan Marques

93. Carlos Alberto ficou conhecido na Comarca de Piranguinhos pela prática de diversos roubos utilizando arma branca própria - uma espada. Ameaçava as vítimas mediante grave ameaça e subtraía seu patrimônio. Reincidente específico em crimes dessa natureza, durante o cumprimento da pena de sua última condenação, poderá requerer a progressão de regime após atingido o patamar de:

- a) 25%
- b) 30%
- c) 40%
- d) 50%
- e) 60%

94. A respeito da Resolução nº 4/2011 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), aponte a alternativa INCORRETA:

- a) A pessoa presa, ao ser internada no estabelecimento prisional, deve informar o nome do cônjuge ou de outro parceiro ou parceira para sua visita íntima.
- b) A visita íntima não deve ser proibida ou suspensa a título de sanção disciplinar, excetuados os casos em

- que a infração disciplinar estiver relacionada com o seu exercício.
- c) A direção do estabelecimento prisional deve assegurar a pessoa presa visita íntima semanal.
- d) O direito de visita íntima, é, também, assegurado às pessoas presas casadas entre si, em união estável ou em relação homoafetiva.
- e) A visita íntima é entendida como a recepção pela pessoa presa, nacional ou estrangeira, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro ou parceira, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas às relações heteroafetivas e homoafetivas.

95. A respeito das regras mínimas para tratamento de presos, conhecidas como Regras de Mandela, aponte a única alternativa contendo um erro:

- a) A disciplina e a ordem devem ser mantidas, mas sem maiores restrições do que as necessárias para garantir a custódia segura, a segurança da unidade prisional e uma vida comunitária bem organizada.
- b) Os presos devem ser alocados, na medida do possível, em unidades prisionais próximas às suas casas ou ao local de sua reabilitação social, admitindo exceção para líderes de organizações criminosas.
- c) Todas os ambientes de uso dos presos e, em particular, todos os quartos, celas e dormitórios, devem satisfazer as exigências de higiene e saúde, levando-se em conta as condições climáticas e, particularmente, o conteúdo volumétrico de ar, o espaço mínimo, a iluminação, o aquecimento e a ventilação.
- d) As celas ou quartos destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um preso. Se, por razões especiais, tais como superlotação temporária, for necessário que a administração prisional central faça uma exceção à regra, não é recomendável que dois presos sejam alojados em uma mesma cela ou quarto.
- e) Deverá existir um sistema padronizado de gerenciamento dos registros dos presos em todos os locais de encarceramento. Tal sistema pode ser um

banco de dados ou um livro de registro, com páginas numeradas e assinadas. Devem existir procedimentos que garantam um sistema seguro de trilhas de auditoria e que impeçam o acesso não autorizado ou a modificação de qualquer informação contida no sistema.

96. Qual das alternativas abaixo não consta expressamente na Resolução 113 do Conselho Nacional de Justiça:

- a) A emissão de atestado de pena a cumprir e a respectiva entrega ao apenado, mediante recibo, deverão ocorrer no prazo de sessenta dias, a contar da data do início da execução da pena privativa de liberdade.
- b) O juiz competente para a execução da medida de segurança, sempre que possível buscará implementar políticas antimanicomiais.
- c) A extinção da punibilidade e o cumprimento da pena deverão ser registrados no rol de culpados e comunicados ao Tribunal Regional Eleitoral e, após essa providência, ser arquivado.
- d) A remição de pena não será computada após a unificação das penas, decorrentes de nova condenação.
- e) Estando preso o executado, a guia de recolhimento definitiva ou de internação será expedida ao juiz competente no prazo máximo de cinco dias, a contar do trânsito em julgado da sentença ou acórdão, ou do cumprimento do mandado de prisão ou de internação.

97. Aponte a alternativa correta a respeito da atuação da Defensoria Pública na fase executória da persecução penal:

- a) Incumbe ao Órgão fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana.
- b) Incumbe aos defensores públicos a apresentação de relatórios mensais ao Juiz da Execução e ao Conselho Penitenciário.

c) Cabe ao defensor público visitar periodicamente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.

d) O defensor público tem direito de receber pelos serviços prestados a condeandos que possuam condições financeiras para contratar advogados particulares, devendo o pagamento ser feito diretamente no setor de pecúlio.

e) Por força do princípio da individualização da execução, é vedado ao defensor público que atua em Presídio elaborar requerimento coletivo de saída temporária ao Juiz da Vara das Execuções Penais.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

98. No que toca às teorias sociológicas da criminologia, pode-se afirmar, salvo:

- a) Na perspectiva macrossociológica, o pensamento criminológico moderno é influenciado por duas visões: a das teorias de consenso e a das teorias de conflito.
- b) As teorias sociológicas de consenso consideram que os objetivos da sociedade são atingidos quando as instituições funcionam e os indivíduos, que dividem os mesmos valores, concordam com as regras de convívio.
- c) As teorias sociológicas do conflito consideram que a harmonia social advém da coerção e do uso da força, pois as sociedades estão sujeitas a mudanças contínuas e são predispostas à dissolução.
- d) São exemplos de teorias do consenso a Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura do delinquente e a teoria do etiquetamento.
- e) São exemplos de teorias do consenso a Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da anomia e a teoria da subcultura do delinquente.

99. A respeito do realismo criminológico de esquerda, assinale a alternativa que não corresponde à teoria:

- a) Surgiu na América Latina como forma de contrapor o pensamento criminológico eurocêntrico e destacar os problemas da realidade local.
- b) Intitula-se realista em reação aos Idealistas que nos anos oitenta do século passado lideraram a pregação

da filosofia sustentada pela Criminologia Crítica em oposição à Criminologia Tradicional.

- c) É uma vertente do abolicionismo penal que defende a superação do direito penal na sociedade atual por meio de uma política criminal pacifista.
- d) Busca reduzir a vitimização dos grupos mais vulneráveis economicamente, que vivem em zonas com alta criminalidade.
- e) Traz propostas para a redução da criminalidade dos mais vulneráveis, tais como: implementação de programas sociais nas comunidades, redução das penas nas prisões; e controle de práticas policiais abusivas, dentre outras.

100. Em relação à criminologia feminista, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É tema central na criminologia feminista o conceito de patriarcado e suas formas de manifestação.
- b) Para a criminologia feminista, é o patriarcado que divide a sociedade em “esfera pública” e “esfera privada”, sendo que esta é a esfera em que majoritariamente são perpetuadas as diferentes violências masculinas contra mulheres (violências patriarcais), decorrentes da ideia de que mulheres são inferiores aos homens.
- c) A principal contribuição teórica das criminólogas feministas foi identificar que a tese da seletividade não contemplava, em sua origem, a desigualdade de gênero nos diversos grupos sociais.
- d) Para a criminologia feminista, a criminologia crítica falha em explicar a violência masculina contra as mulheres e a criminalidade feminina porque parte do pressuposto de que a opressão feminina possui sua origem no capitalismo, ignorando a estrutura do patriarcado.
- e) Segundo a criminologia feminista, o Direito Penal não pode beneficiar um gênero de uma pessoa da mesma forma que uma classe social em detrimento de outra.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DPE-GO--Defensor-17-07>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>